

3



Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Procedimentos do Programa de Eficiência Energética – PROPEE

Módulo 3 – Seleção e Implantação de Projetos

Revisão	Motivo da Revisão	Instrumento de aprovação pela ANEEL	Data de vigência
1	Correções e aperfeiçoamentos	Publicação de Retificação no Diário Oficial da União	27/09/2013

MÓDULO 3 – SELEÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS

ÍNDICE

ÍNDICE	2
SEÇÃO 3.0 – INTRODUÇÃO	3
1 APRESENTAÇÃO	3
2 OBJETIVO.....	3
3 ABRANGÊNCIA.....	3
4 SELEÇÃO DE PROJETOS.....	3
5 IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS	4
6 CONTEÚDO	4
7 DAS ALTERAÇÕES DESTA REVISÃO	5
SEÇÃO 3.1 – CONTRATOS DE DESEMPENHO ENERGÉTICO	6
1 OBJETIVO.....	6
2 ABRANGÊNCIA.....	6
3 FASES.....	6
4 PROCEDIMENTOS	12
SEÇÃO 3.2 – CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS.....	14
1 OBJETIVO.....	14
2 ABRANGÊNCIA.....	14
3 FASES.....	14
4 PROCEDIMENTOS	17
REFERÊNCIAS	18

Assunto: Introdução	Seção: 3.0	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 3 de 18
------------------------	---------------	---------------	---------------------------------	--------------------

SEÇÃO 3.0 – INTRODUÇÃO

1 APRESENTAÇÃO

- 1.1 Este módulo ([Módulo 3 – Seleção e Implantação de Projetos](#)) apresenta a forma preferencial para seleção de projetos e orienta quanto à forma de implantação junto ao consumidor ou interessado.

2 OBJETIVO

- 2.1 Estabelecer as diretrizes para seleção e implantação de projetos do PEE.

3 ABRANGÊNCIA

- 3.1 As diretrizes deste módulo se aplicam a todas as distribuidoras de energia elétrica, de acordo com seu perfil de mercado, como indicado no item 4 abaixo.

4 SELEÇÃO DE PROJETOS

- 4.1 A distribuidora deverá aplicar pelo menos 50% do investimento obrigatório não comprometido com outras obrigações legais¹ em unidades consumidoras das duas classes de consumo com maior participação em seu mercado de energia elétrica. As distribuidoras com mercado inferior a 1.000 GWh/ano estão isentas desta obrigação.
- 4.2 No cálculo do percentual a que se refere o item 4.1 acima, devem ser incluídos os juros² e receitas provenientes de contratos de desempenho.
- 4.3 A partir de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de publicação da Resolução Normativa que aprova o PROPEE, a seleção de projetos do PEE deverá ser realizada por meio de Chamada Pública, uma vez por ano, nos termos da seção 3.2.
- 4.3.1 Até o início da obrigação a que se refere o item 4.3, a distribuidora poderá realizar chamadas públicas de projeto para consolidação dos critérios e procedimentos necessários ao cumprimento deste ato regulatório.
- 4.4 Para maior clareza, as classes de consumo elegíveis estão listadas na Tabela 1:

Tabela 1 – Classes de consumo

Classe de consumo	Observações
Rural	Todas as classes
Industrial	
Comercial e Serviços	E outras atividades

¹ Como a estabelecida no inciso V do artigo 1º da Lei 9.991/2000, inserido por meio da Lei nº 12.212/2010.

² Mencionados no item 3.1.1 da Seção 10.1 (ver o [Módulo 10 - Controle e Fiscalização](#)).



Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Introdução	3.0	1	27/09/2013	4 de 18

Classe de consumo	Observações
Residencial	Excluídas as beneficiadas com a TSEE
Serviço Público	
Poder Público	Federal, Estadual e Municipal
Iluminação Pública	

- 4.4.1 As distribuidoras com mercado inferior a 1.000 GWh/ano não são obrigadas a realizar Chamada Pública de Projetos.
- 4.5 As chamadas públicas serão feitas para as tipologias descritas no [Módulo 4 - Tipologias de Projeto](#), exceto para Baixa Renda, Educacional e Gestão Energética Municipal, ou seja:

Tabela 2 – Tipologias para Chamadas Públicas de Projeto
Industrial
Comércio e Serviços
Poder Público
Serviços Públicos
Rural
Residencial
Iluminação Pública

- 4.6 Caso não haja ofertas qualificadas de projetos suficientes para atender ao recurso disponibilizado, a distribuidora deverá elaborar projetos diretamente com os consumidores.
- 4.7 As chamadas públicas de projeto poderão ser executadas por meio de projetos cooperativos, conforme o [Módulo 5 - Projetos Especiais](#).
- 4.8 As chamadas públicas de projeto deverão seguir o estabelecido na Seção 3.2 - Chamada Pública de Projetos.
- 4.9 As chamadas públicas não serão feitas para projetos pilotos de qualquer tipologia.

5 IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS

- 5.1 A implantação de projetos do PEE em unidades consumidoras com fins lucrativos deverá ser feita por meio de Contratos de Desempenho Energético, nos termos da Seção 3.1 - Contratos de Desempenho Energético.

6 CONTEÚDO

- 6.1 Este módulo é composto de 2 (duas) seções, além da Introdução:
- Seção 3.0 – INTRODUÇÃO
 - Seção 3.1 – CONTRATOS DE DESEMPENHO ENERGÉTICO – descreve as formas pelas quais estes contratos podem ser firmados com apoio do PEE.



Assunto: Introdução	Seção: 3.0	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 5 de 18
------------------------	---------------	---------------	---------------------------------	--------------------

- c) Seção 3.2 – CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS – apresenta o mecanismo pelo qual os projetos são apresentados por agentes, em atenção a uma chamada pública, concorrendo em regime de leilão de qualidade e preço.

7 DAS ALTERAÇÕES DESTA REVISÃO

- 7.1 Não aplicável nesta revisão.



Assunto: Contratos de Desempenho Energético	Seção: 3.1	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 6 de 18
--	---------------	---------------	---------------------------------	--------------------

SEÇÃO 3.1 – CONTRATOS DE DESEMPENHO ENERGÉTICO

1 OBJETIVO

- 1.1 O principal objetivo do Contrato de Desempenho Energético³ é evitar a transferência de recursos públicos para unidades consumidoras com fins lucrativos.
- 1.2 Outro objetivo importante do Contrato de Desempenho é a ampliação do montante de recursos para eficiência energética, sem a incidência de encargo tarifário ou instrumento equivalente (imposto, contribuição, etc.).
- 1.3 Um terceiro objetivo desse instrumento é reduzir o máximo possível a desconfiança em relação ao sucesso da ação de eficiência energética, uma vez que o pagamento está condicionado ao sucesso da medida implantada.

2 ABRANGÊNCIA

- 2.1 O Contrato de Desempenho Energético será o mecanismo de implantação de projetos do PEE em unidades consumidoras com fins lucrativos, podendo ser utilizado também em outros segmentos.

3 FASES

- 3.1 Este item descreve as diversas fases de um Contrato de Desempenho Energético, de acordo com o delineamento feito no [Módulo 1 - Introdução](#), cuja representação gráfica está reproduzida na Figura 1.

³ Ver definição do Contrato de Desempenho Energético, também conhecido como Contrato de *Performance*, no Glossário do [Módulo 1 - Introdução](#).

Assunto: Contratos de Desempenho Energético	Seção: 3.1	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 7 de 18
--	---------------	---------------	---------------------------------	--------------------

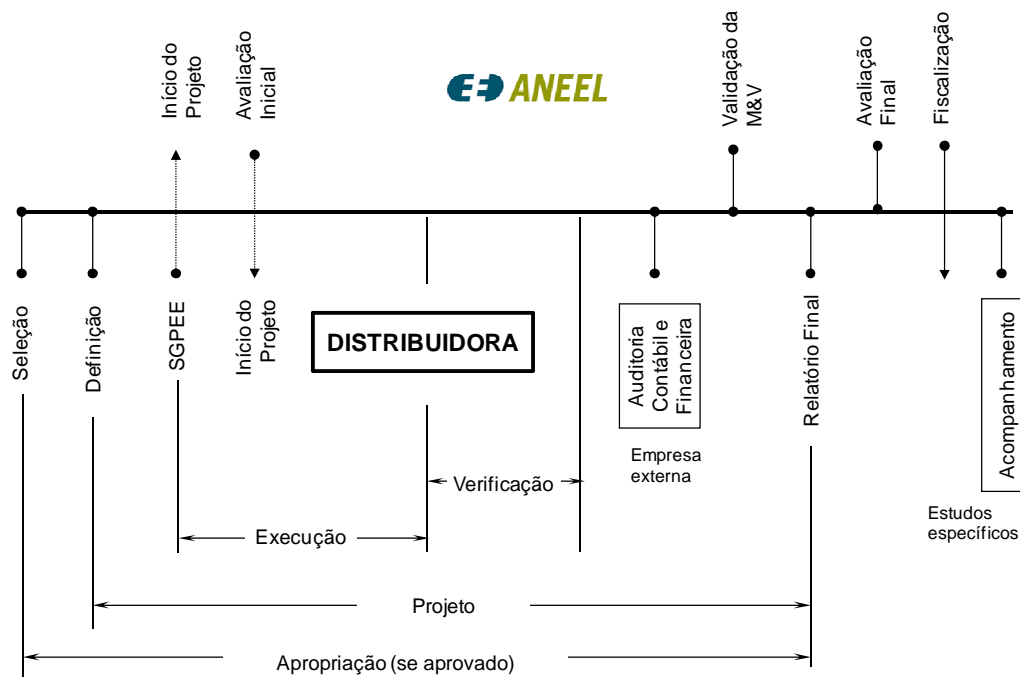


Figura 1 – Etapas dos projetos do PEE

3.2 Seleção

3.2.1 A Seleção se inicia com uma Chamada Pública de Projetos (ver a Seção 3.2) ou por ação da distribuidora (ver a Seção - 3.0 - Introdução, item 4), para se prospectar instalações com potencial para implantação de projetos.

3.2.2 As empresas proponentes (ou a distribuidora) avaliam em cada instalação as ações de eficiência energética viáveis por meio de um pré-diagnóstico⁴.

3.2.2.1 No caso da Chamada Pública de Projeto, para que o proponente possa apresentar a sua proposta, o pré-diagnóstico antecede a Chamada.

3.2.3 Como resultado, o pré-diagnóstico deve apresentar um relatório contendo, entre outros pontos definidos pela distribuidora, uma estimativa do investimento em ações de eficiência energética, economia de energia (e/ou redução de demanda na ponta) e valor do diagnóstico para definição e descrição das ações de eficiência energética que serão implementadas.

3.2.4 O pré-diagnóstico termina com a negociação com o consumidor final, podendo resultar em:

- Acordo para passar à fase de diagnóstico, assinando-se um “Acordo de Intenções” (como, por exemplo, o modelo proposto pela ABESCO/GIZ [2011]). No caso de

⁴ Ver definição no Glossário do [Módulo I - Introdução](#).

Assunto: Contratos de Desempenho Energético	Seção: 3.1	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 8 de 18
--	---------------	---------------	---------------------------------	--------------------

Chamada Pública de Projetos, este Acordo deve ser a base para a proposta a ser apresentada⁵.

b) Finalização do processo, não havendo acordo.

3.2.5 Havendo acordo, a empresa proponente submete o projeto à Chamada Pública de Projetos (quando for o caso). O recurso para execução do projeto pode ser proveniente do Programa de Eficiência Energética ou de contrapartida⁶.

3.2.5.1 Caso a distribuidora esteja negociando diretamente com o consumidor, uma parte do investimento poderá advir deste ou de terceiros.

3.3 Definição

3.3.1 Os projetos selecionados para implantação passam à fase de diagnóstico⁷.

3.3.2 O diagnóstico se inicia com base no “Acordo de Intenções” mencionado no item 3.2.4 a) acima.

3.3.3 Como resultado, o diagnóstico deve apresentar um relatório contendo, entre outros pontos definidos pela distribuidora, a descrição detalhada de cada ação de eficiência energética e sua implantação, o valor do investimento, economia de energia (e/ou redução de demanda na ponta) relacionada (estimativa *ex-ante*), análise de viabilidade, estratégia de medição e verificação, incluindo o modelo para o consumo de referência, segundo o [Módulo 8 – Medição e Verificação dos Resultados](#).

3.3.3.1 As informações mínimas que deverão ser enviadas à ANEEL estão mais detalhadas no [Módulo 4 - Tipologias de Projeto](#) (de acordo com as tipologias em que se enquadrar o projeto em questão).

3.3.4 As diferenças admitidas entre os valores de investimento e economias estimados no pré-diagnóstico e no diagnóstico deverão ser pré-definidas na Chamada Pública de Projetos.

3.3.5 O diagnóstico termina com a negociação com o consumidor final, podendo resultar em:

a) Acordo para passar à fase de implantação, assinando-se um “Contrato para Implantação” (como, por exemplo, o modelo proposto pela ABESCO/GIZ [2011a]), definindo-se as fontes de financiamento e a forma de liquidação.

b) Não havendo acordo, a empresa proprietária da instalação paga o valor do diagnóstico estipulado no “Acordo de Intenções” à empresa executora e reembolsa as despesas atribuíveis ao PEE e finaliza-se o processo.

⁵ Os termos e condições do acordo não são objeto de regulação, mas deve ser prevista a possibilidade de desistência do consumidor após o diagnóstico, situação em que os custos dessa ação não serão cobertos pelo PEE.

⁶ Como a seleção dos projetos se fará por meio de critérios de qualidade e preço, quanto maior a contrapartida oferecida, maiores as chances de seleção do projeto.

⁷ Ver definição no Glossário do [Módulo 1 - Introdução](#).



Assunto: Contratos de Desempenho Energético	Seção: 3.1	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 9 de 18
--	---------------	---------------	---------------------------------	--------------------

3.4 SGPEE

- 3.4.1 Carregamento do projeto no SGPEE – Sistema de Gestão do PEE, segundo o disposto no Manual disponível no *hyperlink* à página da ANEEL na internet [Manual do SGPEE](#).

3.5 Avaliação Inicial

- 3.5.1 Os Contratos de Desempenho Energético em instalações não necessitam de Avaliação Inicial da ANEEL, a menos que se caracterizem como alguma das categorias definidas no [Módulo 9 - Avaliação dos Projetos e Programa](#).

3.6 Execução

- 3.6.1 A primeira etapa da fase de “Execução” se dá com as medições no campo, definição do consumo do período de referência e elaboração do Plano de M&V ([Módulo 8 - Medição e Verificação de Resultados](#)).
- 3.6.2 Em seguida, faz-se a implantação das ações de eficiência energética, de acordo com o cronograma e condições definidas no “Contrato para Implantação”.

3.7 Verificação

- 3.7.1 Após o comissionamento das ações implantadas, segue-se o período de determinação das economias segundo o Plano de M&V definido (avaliação *ex post* das economias) e emissão do Relatório de M&V.
- 3.7.2 Os pagamentos deverão ser realizados conforme o “Contrato para Implantação”, não sendo objeto de regulação, a menos da parcela que retornará ao PEE.

3.8 Validação da M&V

- 3.8.1 A critério da ANEEL, poderá ser feita a validação da M&V realizada por instituição capacitada e isenta, segundo o [Módulo 8 - Medição e Verificação de Resultados](#).

3.9 Auditoria Contábil e Financeira

- 3.9.1 Deve ser executada segundo o manual disponível no *hyperlink* à página da ANEEL na internet [Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria de P&D e PEE](#).

3.10 Relatório Final

- 3.10.1 Nesta fase, o Relatório de Auditoria, o Relatório de M&V (incluindo o Plano de M&V) e o Relatório Final do projeto devem ser carregados no SGPEE, encerrando o projeto para fins de apropriação (o acompanhamento de longo prazo será feito por outro projeto do PEE, conforme o item 3.12 abaixo).

3.11 Avaliação Final

- 3.11.1 Será feita após a submissão dos Relatórios de M&V, Final e de Auditoria Contábil e Financeira.



Assunto: Contratos de Desempenho Energético	Seção: 3.1	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 10 de 18
--	---------------	---------------	---------------------------------	---------------------

3.11.2 A avaliação dos resultados é uma das principais etapas do processo, onde será julgado o mérito do projeto no que diz respeito aos resultados alcançados e adequação dos gastos realizados.

3.11.3 Fiscalização

3.11.3.1 Será feita de acordo com o [Módulo 10 - Controle e Fiscalização](#).

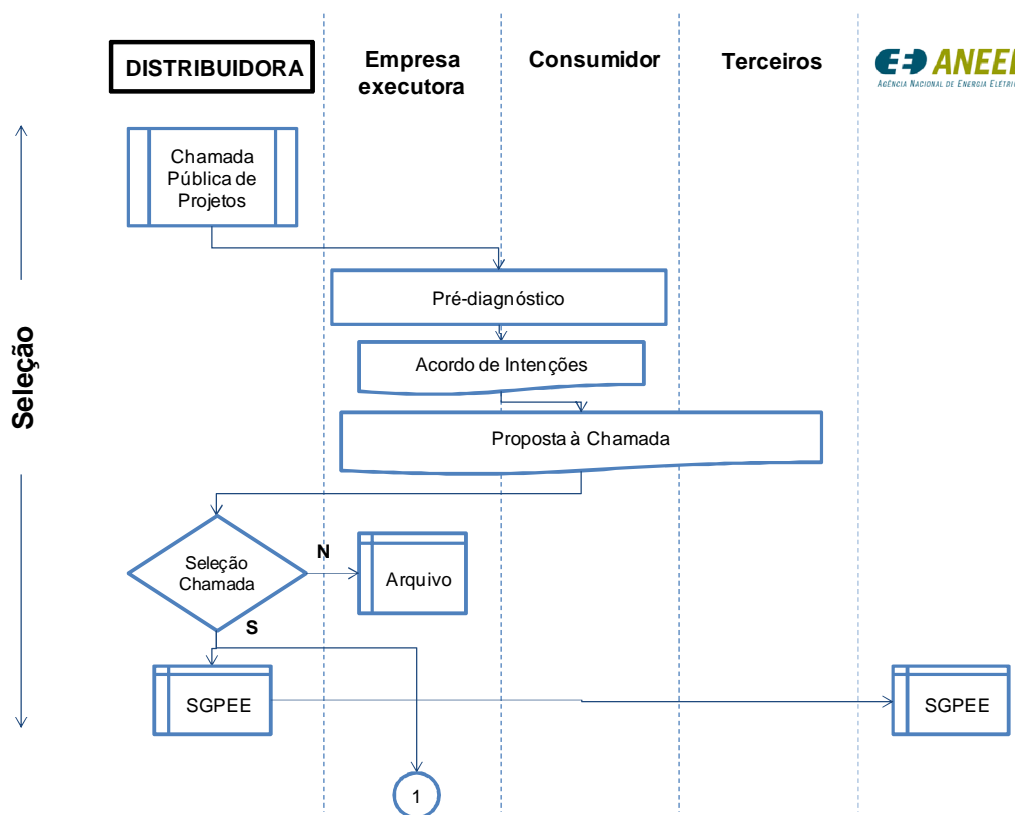
3.12 Acompanhamento

3.12.1 O Acompanhamento de longo prazo, feito para verificar a perenidade das economias obtidas, será feito por estudos posteriores, em projeto específico.

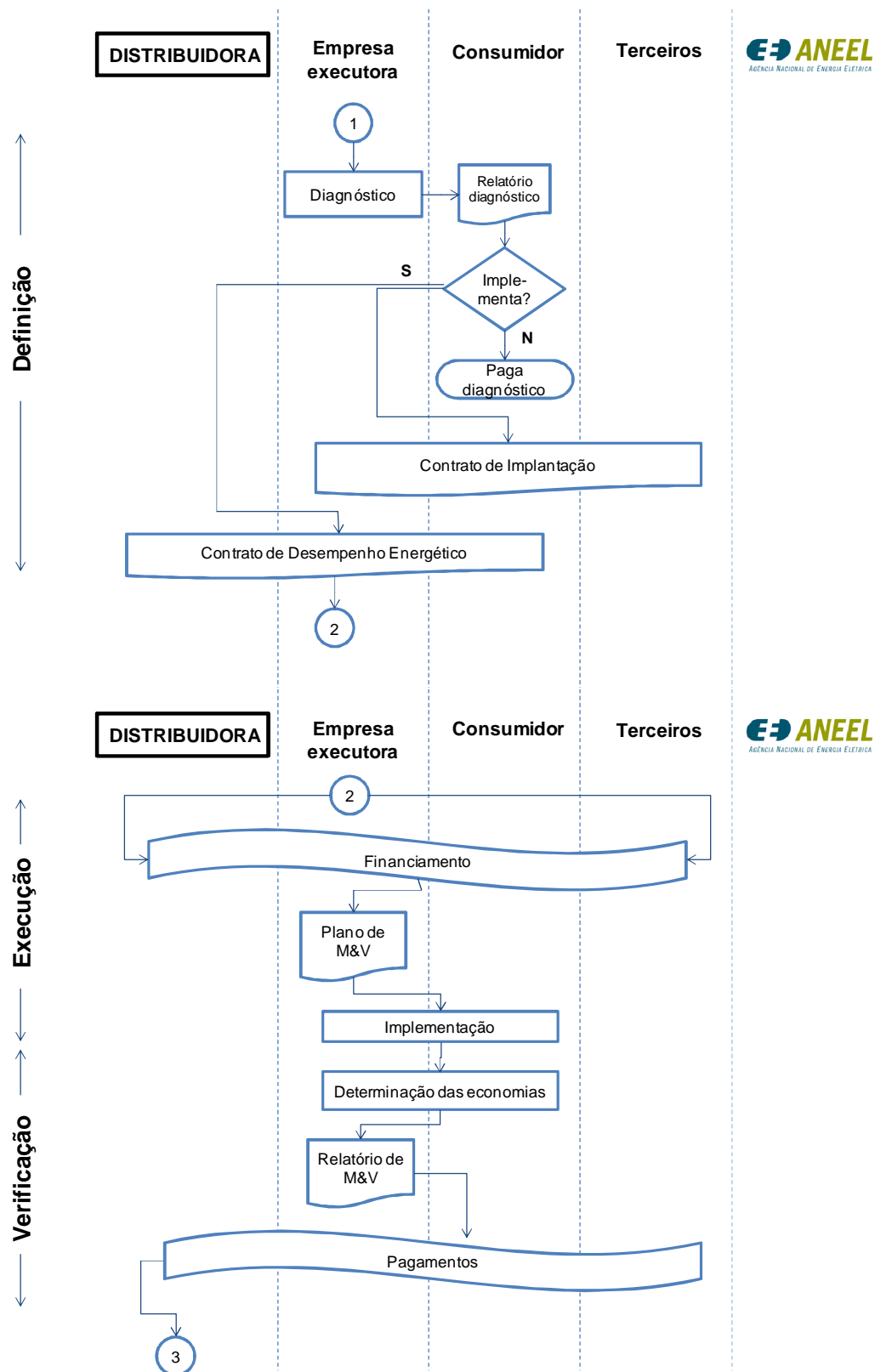
3.12.2 Resultados de eventuais medições e análises feitas para cumprimento do “Contrato de Implantação” poderão ser usadas nestes estudos. Recomenda-se prever a cessão desses dados no Contrato.

3.13 Fluxograma

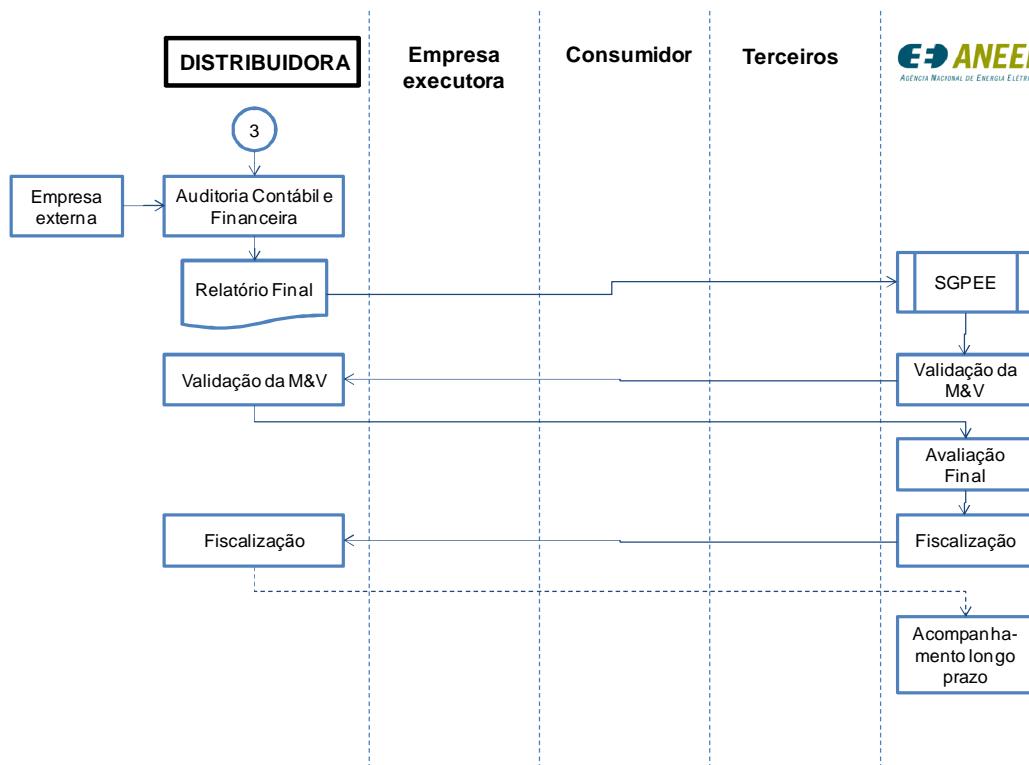
3.13.1 O fluxograma da figura abaixo esquematiza os principais fluxos de informação nas diversas fases do projeto.



Assunto: Contratos de Desempenho Energético	Seção: 3.1	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 11 de 18
--	---------------	---------------	---------------------------------	---------------------



Assunto: Contratos de Desempenho Energético	Seção: 3.1	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 12 de 18
--	---------------	---------------	---------------------------------	---------------------



4 PROCEDIMENTOS

4.1 Origem e Destino dos Recursos

4.1.1 Como regra geral para os setores privados da economia, entende-se que o aporte feito pelo PEE deva ser reembolsado pelo consumidor, já que este será beneficiado pelos custos evitados de energia e demanda.

No entanto, como forma de estimular o mercado, admite-se:

4.1.1.1 No caso de micro e pequenas empresas (segundo a Lei Complementar 123 - BRASIL, 2006), exige-se a recuperação de, no mínimo, 80% da parte do financiamento relativa à implantação.

4.1.1.2 O pagamento da parte reembolsável aplicada pelo PEE poderá ser feito sem cobrança de juros, exigindo-se apenas correção monetária.

4.1.1.3 O consumidor reembolsará ao PEE somente a parte do financiamento relativa à implantação. Visando estimular este modelo de contrato, os itens descritos abaixo poderão não compor a parte reembolsável do Contrato de Desempenho:

- a) Custos administrativos e operacionais para viabilização do contrato
- b) Custos de pré-diagnóstico e diagnóstico
- c) Validação das ações de M&V, realizada a critério da ANEEL, conforme item 3.8.1 acima.



Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Contratos de Desempenho Energético	3.1	1	27/09/2013	13 de 18

4.1.2 O período de reembolso não poderá ser superior à média das durações das ações de eficiência energética implantadas, ponderada pela energia economizada associada a cada uma delas.

4.2 Receitas adicionais do PEE obtidas com os Contratos de Desempenho

4.2.1 Os valores das receitas obtidas devem ser contabilizados em separado, conforme estabelecido no [MCSE](#).

4.2.2 A receita obtida, excluindo impostos e encargos incidentes, volta para a conta de eficiência energética e passa a fazer parte das obrigações de investimento em projetos de eficiência energética.

4.3 Critérios para realização de Contratos de Desempenho Energético

4.3.1 Um possível Contrato de Desempenho Energético será considerado viável pelo PEE se a RCB for menor ou igual ao valor específico para este tipo de contrato estipulado no [Módulo 7 – Cálculo da Viabilidade](#), conforme o cálculo ali estabelecido.

4.3.1.1 Para o cálculo da RCB do projeto deverá ser considerado como custo o valor aportado pelo PEE.

4.3.2 Poderão ser considerados outros benefícios mensuráveis (melhora de qualidade, produtividade, segurança, impactos sociais e ambientais positivos, etc.) no cálculo da viabilidade econômica, desde que sejam cumpridos os requisitos especificados no [Módulo 7 - Cálculo da Viabilidade](#).



Assunto: Chamada Pública de Projetos	Seção: 3.2	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 14 de 18
---	---------------	---------------	---------------------------------	---------------------

SEÇÃO 3.2 – CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS

1 OBJETIVO

- 1.1 O principal objetivo da Chamada Pública é tornar o processo decisório de escolha dos projetos e consumidores beneficiados pelo PEE mais transparente e democrático, promovendo maior participação da sociedade. Por meio desse instrumento, todos os interessados poderão apresentar propostas.

2 ABRANGÊNCIA

- 2.1 A Chamada Pública de Projetos poderá ser realizada por uma única distribuidora ou por grupo de distribuidoras para apresentação de projetos de eficiência energética por ESCOs, consumidores, fabricantes, comerciantes ou outros.
- 2.2 Nos projetos selecionados a partir de uma chamada pública, ainda que sejam executados de forma cooperativa entre duas ou mais distribuidoras, os consumidores beneficiados deverão pertencer à área de concessão ou permissão de cada distribuidora.

3 FASES

- 3.1 Este item descreve as fases de uma Chamada Pública de Projetos, de acordo com o delineamento geral para os projetos do PEE definida no [Módulo 1 - Introdução](#).

3.2 Seleção

- 3.2.1 As Chamadas Públicas de Projetos deverão ser feitas por tipologia, de acordo com o [Módulo 4 - Tipologias de Projeto](#).
- 3.2.2 A obrigatoriedade de realização de Chamadas Públicas de Projetos está definida no item 4 - SELEÇÃO DE PROJETOS da Seção 3.0 .

3.3 Definição

- 3.3.1 A Chamada Pública de Projetos deverá definir, entre outros itens:

- a) Projetos elegíveis
- b) Critérios de aceitação
- c) Critérios de qualificação de projetos e empresas ofertantes
- d) Critérios de seleção de projetos e empresas ofertantes
- e) Limite do recurso disponível
- f) Dados necessários à proposta



Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Chamada Pública de Projetos	3.2	1	27/09/2013	15 de 18

3.3.2 Cada projeto deverá apresentar o financiamento solicitado ao PEE, em termos de R\$/MWh economizado e/ou R\$/kW retirado da ponta⁸.

3.4 SGPEE

3.4.1 A Chamada Pública de Projetos não necessita ser cadastrada no SGPEE, porém a ANEEL deve ser informada de sua realização e condições por meio de correspondência específica, encaminhada antes da publicação da Chamada Pública, contendo o edital e as formas de divulgação.

3.5 Avaliação Inicial

3.5.1 A Chamada Pública de Projetos não necessita ser encaminhada à ANEEL para Avaliação Inicial.

3.6 Execução

3.6.1 A Chamada Pública de Projetos deverá ser amplamente divulgada para que se possa obter o maior número de projetos possível.

3.6.2 Um treinamento dos possíveis proponentes no mecanismo do sistema é recomendável para melhorar a concorrência e evitar o domínio do processo por poucos agentes⁹.

3.6.3 Qualificação dos projetos

3.6.3.1 A Chamada Pública de Projetos deverá definir critérios de qualificação dos projetos, devendo incluir:

- O aporte requerido ao PEE deve proporcionar ao projeto uma RCB menor ou igual à máxima definida na Chamada Pública (por sua vez, menor ou igual à máxima definida no [Módulo 7 - Cálculo da Viabilidade](#))
- Documento firmado pelo consumidor final concordando com a implantação do projeto

3.6.4 Critérios de seleção dos projetos

3.6.4.1 Os projetos qualificados deverão ser selecionados por um sistema de qualidade e preço, com notas atribuídas a diversos itens, conforme o documento [Critérios para Chamada Pública de Projetos](#), que será consolidado através de Chamadas a serem realizadas até 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de publicação da Resolução Normativa que aprova este regulamento, quando a ANEEL publicará a sua versão em documento específico.

⁸ Este financiamento não precisa corresponder à totalidade do projeto, ao contrário, incentiva-se a participação de outros agentes atribuindo-se maior pontuação aos financiamentos solicitados mais baixos.

⁹ O sucesso de um leilão (de qualidade e preço) como a Chamada Pública de Projetos está ligado a obter uma ampla concorrência e evitar a colusão (associação de proponentes para tirar proveito do resultado).



Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Chamada Pública de Projetos	3.2	1	27/09/2013	16 de 18

3.6.4.2 Durante o período transitório de 24 (vinte e quatro) meses a que se refere o parágrafo anterior, as concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão fazer pelo menos 1 (uma) Chamada Pública de Projetos, observando, no mínimo, os critérios definidos no documento Critérios para Chamada Pública de Projetos publicado pela Aneel.

3.6.4.3 As notas atribuídas aos critérios somarão valores 0 a 100, podendo ser listadas em ordem decrescente de pontuação total (*ranking*). Selecionar-se-ão, então, as primeiras propostas cuja soma de incentivos totais requeridos cubra o limite do recurso disponível.

3.6.5 Divulgação do Resultado da Chamada Pública

3.6.5.1 Os resultados da Chamada Pública deverão ser divulgados, apresentando a lista de empresas que participaram com suas respectivas pontuações finais, na página da internet da(s) distribuidora(s) promotora(s) da Chamada.

3.6.6 Projetos qualificados e não selecionados

3.6.6.1 Os projetos qualificados e não selecionados deverão constituir um “Cadastro de Reserva”, que poderão ser acionados em caso de disponibilidade de recurso adicional até a próxima Chamada Pública da tipologia.

3.6.6.2 Havendo ainda projetos qualificados e não contemplados para implantação quando de uma nova Chamada Pública de Projetos da mesma tipologia, esses projetos poderão ser reapresentados com ou sem alterações e obter nova pontuação.

3.7 Verificação

3.7.1 Analisar os resultados da Chamada Pública de Projetos quanto aos objetivos traçados, no sentido de se aperfeiçoar o processo.

3.8 Auditoria Contábil e Financeira

3.8.1 Não aplicável.

3.9 Relatório Final

Não aplicável.

3.10 Validação da M&V

Não aplicável.

3.11 Avaliação Final

Não aplicável.

3.12 Fiscalização

3.12.1 A Chamada Pública de Projetos estará sujeita à fiscalização da ANEEL.



Assunto:	Seção:	Revisão:	Data de Vigência:	Página:
Chamada Pública de Projetos	3.2	1	27/09/2013	17 de 18

3.13 Acompanhamento

3.13.1 O Acompanhamento de longo prazo, feito para verificar a adequação do processo e permitir o seu aprimoramento, será feito através de estudo específico.

4 PROCEDIMENTOS

4.1 A Chamada Pública de Projetos é obrigatória para todas as distribuidoras, observando-se o disposto no item 4 - SELEÇÃO DE PROJETOS da Seção 3.0 .

4.1.1 Após a realização da Chamada Pública, caso não haja proposta de projetos qualificados que contemplem todo o recurso disponível, a distribuidora poderá, por iniciativa própria e desde que atenda às regras vigentes do Programa, definir outros projetos em qualquer setor ou tipologia.

4.2 Os custos com a Chamada Pública de Projetos, incluindo treinamento dos participantes e divulgação, devem ser contabilizados em Ordem de Serviço específica e declarados no Relatório Final do Plano de Gestão, porém não serão contabilizados no limite previsto no [Módulo 2 - Gestão do Programa](#).



Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 18 de 18
---------------	---------------------------------	---------------------

REFERÊNCIAS

ABESCO/GIZ – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA / DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT. **Acordo de Intenções e Autorização para Serviço Prévio de Diagnóstico para Programa de Eficiência no Consumo de Insumos Energéticos e Água. Minuta.** [S.l.]: GIZ, 2011.

ABESCO/GIZ – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA / DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT. **Contrato para Implantação de Programa de Eficiência no Consumo de Insumos com Realização de Investimentos sob Risco de Desempenho e Remuneração com Base nas Economias Alcançadas. Minuta.** [S.l.]: GIZ, 2011a.

ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA . **Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE 2007.** Brasília – DF: ANEEL, 2007.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Presidência da República: Brasília, 2006.

ELETROBRAS/PROCEL – CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS / PROGRAMA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. Sítio contendo informações sobre este programa, inclusive o Selo Procel de Economia de Energia. Disponível em: <http://www.eletrobras.com/ELB/main.asp>. Acesso em: 29 mar.2012.

ERSE – ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS. **Plano de Promoção da Eficiência no Consumo (PPEC).** Apresentação ao Workshop - ERSE Forma. Lisboa: ERSE, 2009?.

EVO – EFFICIENCY VALUATION ORGANIZATION. **Protocolo Internacional de Medição e Verificação de Performance** – Conceitos e Opções para a Determinação de Economias de Energia e de Água - vol. 1 - EVO 10000 – 1:2010 (Br). Sofia: EVO, 2012.

INMETRO - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA. Sítio contendo informações sobre a atuação deste Instituto, inclusive o PBE – Plano Brasileiro de Etiquetagem. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/eficiencia.asp>. Acesso em: 24 abr.2012.

